

No desconfiômetro

Os países endividados devem fazer do crescimento da economia o fator condicionante e do pagamento da dívida o fator condicionado.

Assinado: Michel Candessus, diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional. Uma guinada de 180 graus na filosofia política do FMI, exatamente na linha do discurso brasileiro: crescer para pagar.

Resta saber, nas próximas semanas, se a burocracia profissional do FMI vai admitir a "lavagem cerebral" embutida nas declarações do novo diretor-gerente. As políticas recessivas, supostamente corretivas ou purgativas, severamente formuladas e patrulhadas pelo FMI, não deram certo no passado, não estão ajudando os endividados no presente e podem determinar o colapso do próprio sistema bancário, no futuro.

Energia zerada

O Brasil desfilou de cobaia do FMI entre 1982 e 1984: ajustou as contas externas, executou ao pé da letra a "política de balanço" dos bancos credores, mas não teve como quebrar as correntes do serviço não amaciado da dívida. Quando a economia, até por "fadiga do material da recessão", voltou a crescer, emplacando 8,1% em 1985, o Brasil não mais conseguiu honrar os pagamentos em dia.

Quem ajudou a financiar o crescimento de 1985? O verdadeiro calote técnico que aplicamos nos governos credores do Clube de Paris. Vale lembrar que junto ao Clube de Paris estamos na moratória técnica desde a instalação da nova República. Em janeiro deste ano, o Clube de Paris simplesmente transferiu para os anos 90 um atrasado brasileiro de US\$ 4,1 bilhões. A interrupção dos pagamentos lá fora "cacifou" a retomada do crescimento aqui dentro.

Em 1986, já nas asas do Cruzado, o PIB manteve o pé no acelerador, com expansão de 8,2%. Zeramos a última gota de energia na terrível façanha de pagar e crescer ao mesmo tempo. Resultado: em fevereiro, não mais conseguimos pagar os juros devidos aos bancos privados.

Primeiro sinal

Cobaia predileta dos programas de "ajustamento" monitorados pelo FMI, o Brasil revela que o pagamento da dívida nos contratos em vigor só pode ser realizado no quadro de uma transferência líquida de capital do devedor para o credor — verdadeira marcha para o abismo. Tal qual o cavalo inglês da anedota — que morreu de fome quando aprendeu a ficar sem comer — o Terceiro Mundo vem tentando inutilmente mudar o receituário do FMI.

A manifestação do novo diretor-gerente, Michel Candessus, vale como um primeiro sinal positivo, polegar para cima. O FMI ainda pode ligar o desconfiômetro, na descoberta da pólvora: recessão ajusta a economia dos ricos, na condição de remédio doloroso. Na economia dos pobres, especialmente dos países em desenvolvimento, em construção ou em obras, a recessão simplesmente aprofunda as carências estruturais e agrava as distorções conjunturais. A inflação dobra de intensidade e o devedor monitorado resvala para o abismo da "estagflação" — de todos os males, o pior.

O cavalo morto

Na recessão corretiva de 1981/84, que detonamos antes da intervenção do FMI, passamos rapidamente da expansão com inflação para a recessão com mais inflação. O PIB caiu de 8,1% em 1981 para uma depressão real em 1982/83. No mesmo período, demanda já sufocada, a inflação saltou do patamar de 97% ao ano para 250%, com vocação para 650% em 1986. O remédio virou veneno. E mais: o ajuste externo (pagamento em dia da dívida) desencadeou a explosão do endividamento interno (das empresas e dos governos), com a dívida pública federal crescendo de 65% ao ano, em termos reais...

A receita do FMI matou o cavalo inglês do ajuste brasileiro. Em 1986, por nossa própria conta e risco, arriscamos a reforma econômica do Cruzado, segundo um figurino heterodoxo. A reforma acabou nos saindo pela culatra: sabemos errar sozinhos.

Abrir a jaula

O negócio agora é experimentar o arroz-com-feijão da economia de mercado, depois de consumado e vexame da economia de comando. E estamos na camisa-de-força da economia de comando desde 1982. Antes, pelo arrocho ortodoxo. Depois pelo fiasco heterodoxo.

Que tal desregular e "desgovernar" o sistema sob intervenção, numa espécie de trégua legislativa de seis meses? Que tal acabar com todos os confiscos e com todos os subsídios? Que tal deixar até o câmbio em liberdade vigiada? Que tal inaugurar o plano da falta de plano?

De qualquer forma, temos de encontrar uma solução negociada para a dívida lá fora. Essa solução não passa pela rotina bancária. Ela deve ser buscada na tratativa política. Na negociação com os bancos credores, temos de empenhar os respectivos governos. Com uma única garantia verde-amarela: a economia deve continuar crescendo de 7% ao ano.